

**APRESENTAÇÃO DA SÉRIE
ASSESSORES JURÍDICOS**

Os entrevistados desta série são, em sua maioria, advogados que prestaram assessoria às organizações de trabalhadores. Atuaram junto às organizações acompanhando processos de ocupação de terras, condenação dos militantes nas manifestações públicas, vistoria de terras, formulação de políticas públicas, acompanhamento de greves, demandas salariais etc.

Entrevistas disponíveis até o momento:

- Carlos Frederico Marés de Souza Filho
- Edson Carvalho Rangel
- Frei Henry Burin de Roziers
- João Carlos Batista
- José Batista Gonçalves Afonso
- Mayla Yara Porto
- Nestor Hein
- Nilson Venâncio
- Rodolfo Pimenta Velloso Neto

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Carlos Frederico Marés de Souza Filho

DADOS BIOGRÁFICOS: Jurista e advogado brasileiro. Procurador Geral do Estado do Paraná (1981 – 2015), Presidente da Fundação Nacional do Índio (1999 – 2000), Procurador Geral do Incra (2003), Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (2005 – 2007), entre outras cargos e funções.

ENTREVISTADOR (ES): Não consta

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Folha de São Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: “‘Não estou flexibilizando’, diz procurador”

DATA: 13/07/2003

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Assessores Jurídicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AJ cli.cfms	01 página	Sim	

DESCRITORES:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho (Procurador Geral do Incra)

Conflito agrário

Dispositivos constitucionais

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Ocupação de terra

Propriedade privada

SUMÁRIO:

Opina sobre medida provisória antiinvasão, seus fundamentos jurídicos e constitucionais; afirma que Incra deve definir áreas prioritárias de desapropriação; afirma que quem deve ir em defesa da terra invadida é o próprio proprietário e não o poder público; fala sobre possibilidades de atuação do Incra em terras invadidas; opina sobre interesse de fazendeiros em venderem terras invadidas; diz não estar flexibilizando a lei e que a Constituição estabelece limites à propriedade privada.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Edson Carvalho Rangel

DADOS BIOGRÁFICOS: Assessor jurídico do STR de Campos dos Goytacazes e STR de São João da Barra.

ENTREVISTADOR (ES): Não identificado

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: entrevista concedida para a pesquisa “Trabalho Rural e Alternativa Metodológica de Educação”, financiada pelo Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Realização: CPDA/FGV e pelo lesae/FGV. A coordenação era de Roberto José Moreira, Cândido Grzybowski, Maria Julieta Costa Calazans e Leonilde Servolo de Medeiros.

DATA: 1981

LOCAL: Campos de Goytacazes, RJ

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: Consta na transcrição que se trata da fita 5 da entrevista.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Assessores jurídicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. AJ.K7.ecr	01 Fita K7/60 min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. AJ.mp3.ecr	00h52min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. AJ.trans.ecr	22 páginas	Sim	Transcrição manuscrita e fotocopiada

DESCRITORES:

Agricultor familiar
Arrendamento rural
Assessor jurídico
Campos dos Goytacazes (RJ)
Cana-de-açúcar
Canavieiro
Classe patronal
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Direito trabalhista
Direitos sociais
Fetag/RJ - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
Funrural – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
Meeiro
Pequeno Produtor
Previdência social
São João da Barra (RJ)
Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
STR Campos dos Goytacazes (RJ)
Trabalhador rural
Trabalhadora rural
Trabalho temporário
Usina açucareira
Usina São João (Campos dos Goytacazes, RJ)
Zona canavieira

SUMÁRIO:

O entrevistado fala sobre a assessoria jurídica que prestava aos sindicatos de diversas categorias; discorre especificamente acerca dos sindicatos rurais e aponta as causas que defende com mais frequência; aponta os fatores que acredita terem contribuído para o aumento das reclamações dos direitos trabalhistas por parte dos trabalhadores rurais; define sua concepção de “empregador médio”, que afirma estar sofrendo um processo de empobrecimento; fala sobre a dependência destes empregadores em relação às usinas da região; afirma que o lucro das firmas empreiteiras estaria no não pagamento dos direitos sociais aos empregados e narra as práticas por elas utilizadas para se precaverem dos processos judiciais; afirma que cerca de 60% dos empregados de usinas eram mulheres; explica por que acredita que a escassez de mão-de-obra não trará melhores condições de trabalho no corte da cana; fala sobre como a agroindústria se livra da concorrência que poderia oferecer melhores condições aos trabalhadores; discorre acerca da falta de oportunidade de emprego na região; explica o acordo da empreiteira com os arregimentadores; fala sobre os processos judiciais contra as empreiteiras e os advogados destas firmas; explica como se dão as pressões e perseguições das empreiteiras para reprimir a sindicalização dos seus empregados; aponta as causas mais comuns em defesa dos trabalhadores e a postura dos juízes trabalhistas, por vezes ligados às empreiteiras e usinas; fala sobre as estratégias de dissídio coletivo; afirma que existem poucos arrendatários em Campos e mais em São João da Barra; narra como prepara as

causas em defesa dos meeiros e arrendatários; fala sobre o crescente nível de resistência dos juízes em deliberar a favor dos trabalhadores.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Frei Henry Burin de Roziers

DADOS BIOGRÁFICOS: advogado da CPT do Pará. Frei dominicano nascido na França, onde cursou Direito, veio para a América Latina em 1978. Em 1991, após o assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro de Souza no município de Rio Maria, sul paraense, Roziers passa a morar no Pará para acompanhar este e outros assassinatos ocorridos na região.

ENTREVISTADOR (ES): Marcio Zonta

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Brasil de Fato ed. 384

TÍTULO DA MATÉRIA: A absurda impunidade no Pará

DATA: */07/2010

LOCAL: Marabá/PA

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Assessores Jurídicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AJ .cli.fh	3 páginas	Sim	Impresso do site do jornal Brasil de Fato.

DESCRITORES:

Agronegócio
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Comitê Rio Maria (PA)
Dorothy Stang (missionária)
Eldorado dos Carajás (PA)
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Poder Judiciário
Rio Maria (PA)
Ruralistas
Santana do Araguaia (PA)
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Trabalho escravo
Violência no campo

SUMÁRIO:

Inicia a entrevista contando sua trajetória após a chegada no Brasil em 1978, e quando passou a residir em Rio Maria, em 1991, para acompanhar o caso do assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro de Souza, e fala da criação do Comitê Rio Maria neste contexto; comenta também do assassinato do sindicalista João Canuto de Oliveira, em 1985, caso que também acompanhou como advogado; fala das dificuldades em dar continuidade aos processos e da impunidade dos mandantes; aprofunda no caso do assassinato de Expedito Ribeiro de Souza, contando detalhes sobre as dificuldades de condenação do mandante, o fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim; fala da articulação dos fazendeiros para assassinar várias lideranças sindicais, citando o caso de João Canuto de Oliveira, Braz Antonio de Oliveira e Ronan Rafael Ventura; comenta a conivência do Poder Judiciário com a impunidade dos mandantes, citando o que ocorreu nos processos de condenação dos fazendeiros Geraldo Oliveira Braga, Adilson Laranjeira Braga e Vantuir Gonçalves de Paula; aprofunda na articulação dos fazendeiros com a justiça do estado do Pará, alegando a morosidade proposital com que são conduzidos os processos; aponta as regiões de maior violência no estado, sendo, Eldorado dos Carajás, Santana do Araguaia, Santa Maria e Cumaru do Norte, citando a existência de propriedades do banqueiro Daniel Dantas e a recorrência de trabalho escravo na região; fala do conflito em propriedade da Volkswagen em Santana do Araguaia, desapropriada pelo INCRA em 2008, e onde diversas famílias sofrem represálias de grupos armados ligados aos fazendeiros locais; fala da atuação do Ministério do Trabalho para erradicar o trabalho escravo na região; comenta as mudanças que observa ao longo de sua trajetória, citando a intensificação dos despejos de trabalhadores rurais pelo avanço do agronegócio no sul do estado do Pará e o aumento das ocupações de terra através do trabalho do MST; finaliza comentando as ameaças de morte que sofre por conta de sua atuação, citando o assassinato de Dorothy Stang em 2005.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): João Carlos Batista

DADOS BIOGRÁFICOS: Advogado de posseiros da região de Paragominas (PA). Nasceu em Votuporanga(SP) mas ainda pequeno mudou-se com a família para a região de Paragominas, onde trabalhavam como pequenos agricultores. Em 1986 elegeu-se deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro. Foi assassinado no dia 09/12/1988, mesmo dia em que havia denunciado publicamente na Assembleia Legislativa do Pará que estava sendo ameaçado por dois policiais militares.

ENTREVISTADOR (ES): Priscila Faulhaber

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: A morte anunciada

DATA: 18/12/1988

LOCAL: não identificado.

OBSERVAÇÕES: A entrevista foi publicada pouco após o entrevistado ter sido assassinado.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Assessores Jurídicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AJ .cli.jcb	1 página	Sim	Recorte do impresso original

DESCRITORES:

Amazônia
Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Direito à terra
Goiás
Grileiro
Latifundiário
Maranhão
Mato Grosso
Paragominas (PA)
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
Plano Cruzado
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Poder Judiciário
Pistolagem
Reforma Agrária
Rodovia Belém-Brasília
UDR – União Democrática Ruralista
Violência no campo

SUMÁRIO:

Conta brevemente de sua trajetória e atuação enquanto advogado de trabalhadores rurais na região de Paragominas (PA); critica a interligação entre o Poder Judiciário, a polícia e os latifundiários; fala da ação de pistoleiros financiados pela UDR na região da rodovia Belém-Brasília, em Marabá(Pará) e Imperatriz (Maranhão); fala da estreita relação entre a bancada paraense da Assembleia Constituinte e a UDR; fala sobre a reforma agrária na concepção dos trabalhadores, criticando a atuação do INCRA; enumera algumas ações que vem sendo realizadas pelos trabalhadores rurais em toda a região amazônica, Goiás, Maranhão e Mato Grosso, e aponta a então radicalização da luta pela terra onde esta é mais concentrada; fala sobre a condição de luta dos posseiros, as formas de organização e a formação da consciência de classe; faz uma panorama sobre a organização dos trabalhadores rurais no Pará e algumas consequências deste processo; opina sobre a configuração partidária de então, citando PDS, o PMDB, o MDP (Movimento Popular Paraense), o PT, PCB e PCdoB; comenta o discurso da reforma agrária naquele cenário; fala de sua campanha como veiculada claramente contra latifundiários e grileiros; fala sobre a necessidade de unidade dos setores que representam os trabalhadores, em especial a CUT e CGT, alguns avanços obtidos e cita o exemplo do Plano Cruzado, que quando anunciado dividiu as opiniões das entidades de representação sindical.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Batista Gonçalves Afonso

DADOS BIOGRÁFICOS: Advogado, membro da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra-CPT de Marabá/PA. Também é um dos articuladores nacionais da Rede Nacional de Advogados Populares – Renap e compõe a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (seção Pará).

ENTREVISTADOR (ES): não identificado

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: IHU On-Line

TÍTULO DA MATÉRIA: Novo Código Florestal e violência na Amazônia: uma relação intrínseca. Entrevista especial com José Batista Gonçalves Afonso.

DATA: 09 de junho de 2011.

LOCAL: não identificado.

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Assessores Jurídicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AJ.cli. jba	5 páginas	Sim	Impresso de email pelo qual foi recebida a entrevista na íntegra.

DESCRITORES:

Agronegócio
Amazônia
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Código Florestal (2012)
Bancada Ruralista
Dorothy Stang (missionária)
Exploração madeireira
Exploração mineral
Exportação agrícola
Grilagem
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
População extrativista
População indígena
População tradicional
Política de ações afirmativas
Política de assentamento rural
Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS
Usina Hidrelétrica de Belo Monte
Violência no campo

SUMÁRIO:

Fala sobre a relação que há entre quatro assassinatos então recentes ocorridos na Amazônia, o da missionária Dorothy Stang, do casal de extrativistas, José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, e de Adelino Ramos, uma vez que em todos suspeita-se do envolvimento de madeireiros e grileiros de terra; comenta a continuidade das ameaças, a despeito da grande repercussão dos casos, e as medidas paliativas apresentadas pelo governo; fala sobre o Estado não cumprir com seu papel nas áreas dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o Incra e o Ibama, e de como isso agrava o quadro de violência; comenta sobre a expansão do agronegócio para a região amazônica como causa do agravamento das violações de direitos humanos na região; aponta as políticas afirmativas que o Estado tem que realizar em prol dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia para conter a expansão do agronegócio na região; comenta algumas conquistas dos ruralistas em termos de aprovação de legislação que favorece a expansão do agronegócio, com destaque para as reformas do Código Florestal então em curso; fala da relação entre as reformas da legislação ambiental com as obras do PAC na Amazônia; comenta sobre a mobilização das populações locais, contrárias às obras do PAC; fala sobre os projetos de mineração na Amazônia; fala da relação do capital internacional do processo de exploração de todos os recursos naturais na Amazônia, apresentando alguns números em relação à Cia Vale do Rio Doce; volta a falar sobre a insuficiente atuação do Estado diante dos casos de violência no campo, e a flagrante impunidade como uma das causas do agravamento deste quadro; compara a presença do Estado nas políticas em favor das empresas de mineração e em torno das obras do PAC com ausência de políticas de afirmação dos direitos dos povos tradicionais.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Mayla Yara Porto

DADOS BIOGRÁFICOS: Advogada da Abra - Associação Brasileira de Reforma Agrária.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para a pesquisa “Reforma do Estado: instâncias, conflitos e atores. O lugar dos trabalhadores rurais”. Financiamento: Capes. Módulo coordenado por Leonilde Medeiros.

DATA: 1997

LOCAL: Sede da Abra, Campinas, SP

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Assessores jurídicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE / TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. AJ.k7.myl	01 Fita micro k7/ 60min	Não	Fita com áudio irregular, mas seu conteúdo pode ser compreendido
MP3	MSPP/en. AJ.mp3.my I	00h49min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. AJ.res.myl	02 páginas	Sim	Resumo digitado desenvolvido a partir do áudio

DESCRITORES:

Abra - Associação Brasileira de Reforma Agrária
Agricultura Alternativa
Agroindústria
Associativismo
Estrutura fundiária
Movimento social
Poder Judiciário
Reforma agrária
Revisão constitucional
São Paulo
UDR - União Democrática Ruralista

SUMÁRIO:

Lado A - Inicia a entrevista apontando a ampliação da questão da reforma agrária para outros fatores como meio ambiente, fome etc; comenta o esforço da Abra em tornar a discussão da reforma agrária mais acessível ao público leigo; entende que a ação concreta é muito pequena, ao menos que haja transformações na Constituição; critica o ordenamento atual, que só é alterável com forte barganha política; comenta formas alternativas à reforma agrária; fala sobre os riscos de generalização dos problemas, visto que as realidades são distintas para cada região; fala sobre a Abra e sua atuação mais pragmática, notadamente com a mudança dos diretores.

Lado B - Fala sobre a ampliação da discussão sobre reforma agrária para outros setores que estão discutindo alternativas para a questão; comenta a retomada da discussão sobre reforma agrária pela associação com a Campanha contra a Fome; discussão sobre as agroindústrias dos assentamentos e a proliferação das associações de pequenos produtores.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Nestor Hein

DADOS BIOGRÁFICOS: Produtor rural e assessor jurídico da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), vinculada à Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

ENTREVISTADOR(ES): Débora Lerrer

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para o Livro "Reforma Agrária: os caminhos do impasse" (São Paulo: Editora Garçon, 2003). Constam no livro depoimentos de gestores públicos, líderes sem-terra, ruralistas e intelectuais a fim de – a partir de perspectivas discordantes – mapear o cenário da reforma agrária no Brasil.

DATA: 15/08/2003

LOCAL: Rio Grande do Sul.

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: A entrevista – formatada e editada para fins de publicação - encontra-se disponível entre as páginas 191 e 205. O material disponível em áudio obedece a outra organização daquela encontrada no livro.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

Série: Assessores Jurídicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7/ CD	MSPP/en AJ.k7.nehe	02 fitas/k7 60 min	Não	Áudio e suporte bom estado e sonoro.
MP3	MSPP/en AJ.mp3.nehe	01h15min	Sim	Faixas reunidas em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en AJ.trans.nehe	15 páginas	Sim	Páginas digitadas e impressas em livro.

DESCRITORES:

Agronegócio
Conflito por terra
Estrutura de poder no campo
Farsul - Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
Fazenda Southall (São Gabriel, RS)
Governo Lula (2003-2006)
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Política de assentamento rural
Política de desapropriação
Reforma agrária

SUMÁRIO:

Fita 1, Lado A: Descreve a Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul; tece comentários sobre o tipo de agricultor existente na região sul; afirma orientação da região sul para o agronegócio; tece alguns comentários sobre a história da reforma agrária no Brasil; afirma que só depois de 2003 que houve embate do MST com os ruralistas do sul; discorre longamente sobre a perda de credibilidade do MST na região; sobre a função social da terra, diz-se contra a manutenção de terras improdutivas, o que não se confunde com terras em conflito; descreve o caso da Fazenda Southall (São Gabriel, RS); discorda da relação terra e poder.

Fita 1, Lado B: Critica o uso das terras em conflito para desapropriação já que há grande número de terras ociosas pelo país; cita texto publicado pelo Zander Navarro que reconhece a impossibilidade de retorno ao campo; questiona o apoio atual da sociedade à reforma agrária; tece críticas ao MST e reforça a necessidade de melhor escolher os assentados; cita casos de reforma agrária pelo mundo.

Fita 2, Lado Único: Diferencia a relação da terra entre o Norte/Nordeste e o Sul/Sudeste; aponta a ausência da agroindústria como principal razão para pobreza em algumas regiões no sul; reforça sua negação da relação entre terra e poder.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Nilson Venâncio

DADOS BIOGRÁFICOS: Advogado da Fetag/RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro – e militante do PCB – Partido Comunista Brasileiro.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista desenvolvida para a pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”, coordenada por Leonilde Medeiros.

DATA: 09/03/1983

LOCAL: Não consta

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Assessores jurídicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE E PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. AJ.k7.nv	03 Fitas K7 / 60 min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. AJ.mp3.nv	02h52min	Sim	Fitas reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	Não há			

DESCRITORES:

Baixada Fluminense (RJ)
Bráulio Rodrigues da Silva (liderança)
Conflito por terra
Cooperativismo
Despejo
Ditadura militar (1964-1985)
Estado Novo
Fazenda São Lourenço (Duque de Caxias, RJ)
Francisco Julião (liderança)
José Francisco da Silva (liderança)
Golpe militar (1964)
Governo Roberto Silveira (1959-1961)
Grilagem
José Corrêa (liderança)
José Pureza (liderança)
Ligas Camponesas
Manoel Marins (liderança)
Miguel Batista (membro do PCB)
Parque Capivari (Duque de Caxias, RJ)
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PM - Polícia Militar
Posse da terra
STR de Duque de Caxias (RJ)
STR de Nova Iguaçu (RJ)
Usucapião
Violência no campo
Violência policial

SUMÁRIO:

Fala sobre o processo de ocupação da Baixada Fluminense, por volta de 1941; conta os motivos que levaram os migrantes do norte fluminense à região; discorre sobre os cultivos dos posseiros recém-chegados; narra os conflitos decorrentes da ocupação; explica por que a região se configurou como cinturão agrícola da cidade do Rio de Janeiro; fala sobre a fundação da Associação de Lavradores da Baixada Fluminense e sobre as lideranças: José Pureza e Francisco Silva; narra os conflitos entre os grileiros e o poder público; nomeia os diferentes grileiros da região e como se dava o exercício do poder de cada um; fala sobre a fundação do STR de Nova Iguaçu e a importância de José Correa para este grupo; explica como se dava a intervenção no sindicato e associação durante o Estado Novo; fala sobre a atuação das Ligas Camponesas na Baixada e a importância de Manoel Marins para este movimento; fala sobre a influência do PCB no campo e, em especial, na Baixada Fluminense; discorre acerca de Miguel Batista, dirigente do PCB; fala sobre sua atuação no PCB; fala sobre a ligação do operariado, que trabalhava nas fábricas da região, com os trabalhadores rurais; avalia a ligação entre a expansão da estrada de ferro e a organização do movimento no campo; descreve como eram

realizadas as perseguições aos dirigentes e trabalhadores ligados ao sindicato; conta que nenhum trabalhador conseguiu o título da terra por usucapião; afirma que o governo Roberto da Silveira foi favorável aos trabalhadores graças à pressão em massa do período; faz críticas aos responsáveis pelo Plano Agrário deste governo; fala sobre as práticas dos grileiros da região e a participação da Polícia Militar; fala especificamente sobre a fazenda São Lourenço; discorre acerca da ligação do STR de Duque de Caxias (RJ) com os outros sindicatos, de várias categorias, da região; fala sobre a resistência armada no PCB; discorre sobre as várias correntes que compunham o PCB; fala sobre a atuação de Bráulio Rodrigues no movimento; aponta os problemas do PCB com Francisco Julião; discorre acerca do PCdoB; fala sobre o dia-a-dia da associação e a forma de atuação dos dirigentes; narra os episódios de resistência dos trabalhadores aos despejos; aponta a solidariedade entre os vários núcleos de diferentes categorias e diferentes lugares; avalia as tentativas de implementar cooperativas na região; fala sobre a repressão durante o Estado Novo e Ditadura militar.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Rodolfo Pimenta Velloso Neto

DADOS BIOGRÁFICOS: Ex-assessor da Assessoria Jurídica da Secretaria de Agricultura; Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Agricultura; Presidente do Grupo de Trabalho de Assuntos Fundiários.

ENTREVISTADOR(ES): Victor de Araújo Novicki

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: A entrevista foi feita para colher dados para a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, de autoria de Victor de Araújo Novicki. Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*, Ano de Obtenção: 1993

DATA: 07/08/1990

LOCAL: Rio de Janeiro

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Assessores Jurídicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en.AJ k7.rdlf	01 fita K7/60min	Não	
MP3	MSPP/en.AJ mp3.rdlf	00h46min	Sim	Áudio já disponível em formato digital
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.AJ res.rdlf	12 fichas	Sim	Trata-se de doze fichas produzidas pelo entrevistador

DESCRITORES:

Baixada Fluminense (RJ)
Cachoeiras de Macacu (RJ)
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Ditadura militar (1964-1985)
Fazenda de Italva (RJ)
Fetag/RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
Governo Brizola (Estado do RJ, 1983-1987)
Luta pela terra
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Questão agrária
Rio de Janeiro
Ubirajara Muniz (prefeito Cachoeiras de Macacu)

SUMÁRIO:

Fita 1, Lado A – Responde sobre seu passado ligado à questão fundiária antes do governo de Leonel Brizola: formado em Direito em 1969, começou a advogar em Cachoeiras de Macacu, onde o pai era proprietário rural; advogou de 1970 até 1974; conta que também foi advogado da Fetag e que participou de júris originados de homicídios pela luta pela terra; lembra que o Brasil passava por um regime de exceção e que os advogados com experiência na área tinham saído do país por delito de opinião – explica que assumiu esse espaço jurídico.

Conta como entrou no PDT; fala sobre atuação do pai como técnico cooperativista e a participação dele no governo de João Goulart; afirma se orgulhar de ser um dos fundadores do PDT; explica que a criação do grupo de trabalho para Assuntos Fundiários na Secretaria de Agricultura foi proposta para discutir os problemas existentes na Baixada Fluminense; fala sobre proposta de governo popular de Brizola e mudança da tônica da violência dos governos anteriores. Fala sobre Fazenda de Italva e o uso da terra em seu entorno pelo gado; conta sobre sugestão de Pereira Pinto (secretário da Agricultura) em substituir o gado pela população da favela; diz que devido às condições políticas da época a ideia não se concluiu; diz que a ideia inicial era a ação discriminatória, arrecadar novamente as terras públicas que haviam sido particularizadas pela grilagem e outros artificios; afirma que a ação discriminatória foi prejudicada porque a intenção política não era tirar a terra de quem tinha título, mas dar título para quem não tinha terra; fala sobre reuniões com presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais e tentativa de obter apoio dessas lideranças; fala sobre posicionamentos distintos entre PMDB e PDT. Conta sobre primeira intervenção do grupo de trabalho: conflito de terra que ocorreu em Xerém (RJ): pessoas de origem rural que já estavam há algum tempo na cidade; diz que quando chegaram lá, já estavam ocupando uma terra de jurisdição federal; fala que solução foi tirar da terra federal e colocar na terra estadual através de um contrato de concessão de uso; explica posicionamento contrário do grupo ao arrendamento de terra; conta que existia na Fazenda de Italva um poder constituído ligado aos pecuaristas da região – oposição clara ao projeto; Fala sobre como reagiu o PDT/governo Brizola à ocupação de terra: atenuação do ímpeto de pessoas que queriam levar isso de forma não-política e atuação pacificadora do poder de polícia; explica a estrutura do grupo de trabalho e dificuldades encontradas nessa primeira intervenção; lembra que o grupo da CPT era contra tirar as pessoas da terra de

jurisdição federal, não se preocupavam com a situação cartorial e política; diz que algreja progressista da Baixada também levava em conta a Igreja retrógada do norte fluminense; conta também que ele, como advogado, antes de ir para o governo Brizola, possuía divergências com dirigente de um sindicato de Niterói ligado à Igreja; Fala sobre reassentamento em Italva: diz que em Xerém não chegou a ter uma ocupação de fato, que estavam em barracas de lona, sem roça; conta sobre chegada do grupo ao local: cita nomes de responsáveis pela questão técnica; afirma que ele estava cuidando da questão de direito agrário – preocupação com a documentação da terra; fala sobre emissão do ofício (de 12/03/1984) de retirada das pessoas e encaminhamento para Italva; explica que ninguém foi para lá a força, que alguns decidiram ir para Campo Alegre e outros cantos; diz que tiveram apoio da Secretaria de Transporte, do DER; cita outras regiões de atuação do grupo: Italva, Pedra Lisa, Caxias (Xerém), Barra da Tijuca.

Fita 1, Lado B – Conta sobre experiência em Pedra Lisa; diz que, com o golpe de 1964, a região foi ocupada militarmente; explica que posseiros foram considerados agentes cubanos e substituídos pelos grileiros; conta que, com o início do governo Brizola, os posseiros resolveram voltar; diz que sua atuação em Pedra Lisa foi através do gabinete do deputado Afonso Celso; explica que a questão fundiária havia sido passada na época para a Secretaria de Estado da Justiça, por isso o grupo não atuou diretamente em Pedra Lisa; opina porque a questão fundiária saiu do âmbito da Secretaria de Agricultura; afirma que o assunto tinha mais importância nas regiões com maior concentração urbana porque os conflitos eram maiores; diz que, ao contrário da Secretaria Agrária, a Secretaria da Justiça é uma das mais políticas; opina sobre atuação do PMDB; fala sobre a questão do homem que sai do meio urbano e vai para o meio rural; afirma que, no estado do Rio de Janeiro, os lavradores estão acabando; fala sobre papel do governo para solucionar a questão da terra e da violência urbana; defende continuação do trabalho feito para que as dificuldades passadas não tenham sido em vão.